

Encontros e Confrontos Linguísticos: O Local e o Global na África

Diego Barbosa da Silva *

Resumo: A língua desde o Renascimento e o surgimento dos Estados nacionais tem apresentado um importante papel na construção da nação. Como dizia Renan (1997), se não fosse o poder do Estado de segregar, selecionar e classificar, dificilmente existiria a comunidade nacional. Se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também condição para a existência de uma nação. Assim, o Estado-nacional utilizará a língua como um instrumento para exercer o seu poder, inclusive simbólico, de muitos conflitos e negociações (Bourdieu, 1996). Nosso objetivo é analisar a política linguística dos países africanos após os processos de independências a partir da década de 1960 e discutir, sobretudo, a escolha de línguas europeias como oficiais nessas novas nações. Contudo, não podemos nos esquecer nesta análise a vasta diversidade étnica e linguística do continente africano, dentro de um mundo cada vez mais globalizado, onde o inglês, principalmente por seu viés econômico, exerce domínio e surge como uma língua global (Crystal, 2003 e Lacoste & Rajagopalan, 2005).

Palavras-chave: identidade-língua-nação

Abstract: The language from the Renaissance and the emergence of national states has shown an important role in building the nation. As said Renan (1997), if not the power of the State of segregate, select and sort, hardly exist in the national community. If the State was the realization of the future of the nation, was also a condition for existence of a nation. The National State will use the national language as a tool to exercise its power, even symbolic, of many conflicts and negotiations (Bourdieu, 1996). Our goal is to analyze the language policy in African countries after the process of independence from the 1960s and discuss, especially the choice of European languages as official in new nations. However, we can not forget this analysis the vast ethnic and linguistic diversity of the African continent, in a increasingly globalized world, where English, especially for its economic bias, exercise area and emerges as a global language (Crystal, 2003 and Lacoste & Rajagopalan, 2005).

Keywords: identity-language-nation

O presente artigo é fruto de um debate comum e inquietude a respeito dos motivos pelos quais países africanos têm adotado língua europeias como oficiais.

No entanto, não podemos analisar a questão, a não ser dentro de um contexto histórico mais amplo, levando em consideração o processo de colonização e descolonização de toda África, respeitando, porém as especificidades de cada nação africana. Afinal, não podemos falar de uma África, mas de várias Áfricas.

* Mestrando pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e servidor do Arquivo Nacional.

Bethania Mariani (2008:74) nos mostra que teorizar sobre a passagem das línguas europeias na África como línguas de colonização para línguas nacionais,

considerando como pano de fundo os efeitos da violência simbólica da colonização linguística bem como a heterogeneidade linguística constitutiva das nações, é discutir a trajetória sócio-política das línguas e das ideias linguísticas, é discutir também a história do sempre conflituoso percurso da construção de identidades nacionais, por um lado, e dos conflitos político-linguísticos internacionais, por outro.

A questão linguística na África é consequência do processo de colonização que introduziu e impôs no continente também uma colonização linguística a partir do inglês, francês, português e espanhol. Esses quatro idiomas de origem europeia promoveram profundas transformações linguísticas em uma África com cerca de 2092 línguas autóctones¹ tanto quanto as nações europeias modificaram toda estrutura político-sócio-econômica da África, sobretudo após a Conferência de Berlim (1884-1885).

Podemos observar adiante como alguns estudiosos, no início século XX, portanto, durante o período colonial da África, viam a relação língua-Estado. O escritor francês de idioma provençal, prêmio Nobel de Literatura em 1904 e defensor das línguas regionais francesas, Frédéric Mistral dizia que “a língua é o mais poderoso instrumento de conquista, porquanto permite impor ideias e valores sem contestação” e o geógrafo francês Vidal de La Blache, nas vésperas da I Guerra Mundial afirmava “o papel de um país no mundo se mede pelo número de indivíduos que falam sua língua” (SOUZA, 2001:12).

Neste contexto, a Conferência de Berlim foi responsável pela partilha da África, entre a França, Reino Unido, Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha e Itália² e também pela manutenção da independência política de apenas dois países africanos: Etiópia e Libéria. Tal divisão não respeitou a dinâmica sócio-política da África, unindo etnias rivais num mesmo território e dividindo um mesmo grupo étnico em várias colônias, sob diferentes administrações.

No entanto, depois de sofrer séculos de exploração colonialista e imperialista, surgem na África diversos movimentos nacionalistas de independência após a II Guerra Mundial. Esses movimentos foram liderados pelas elites coloniais que mantinham forte contato com a metrópole e que utilizavam a língua europeia como língua do movimento de libertação. A

¹ A quantidade corresponde à cerca de 30% de todas as línguas do mundo. A Europa tem cerca de 239 línguas ou 3,5%. As línguas mais faladas na África são o árabe (175 milhões), o suaíle (10 milhões como materna e 80 milhões como segunda língua), amárico (42 milhões), hausa (25 milhões + 15 milhões como segunda língua), oromo (35 milhões), ibo e yorubá (cerca de 25 milhões cada). Fonte: site Ethnologue.

² Alemanha e Itália perderam suas colônias para os países da Tríplice Entente, após a I Guerra Mundial, mais precisamente para a França e o Reino Unido.

língua aqui sofre um processo de “resignificação quanto objeto simbólico” (MARIANI, 2007:244). Hannah Arendt diz que a sociedade da nação no mundo moderno é “aquele domínio curiosamente híbrido onde os interesses privados assumem significação pública” (BHABHA, 1997:50-51).

A nação, como dizia Ernest Renan, é um plebiscito diário, um eterno poder de exclusão, frente a um poder de pertencimento. Resultado de um longo passado de esforços, a nação é um desejo de viver junto, vontade de continuar valer a herança que recebemos. A nação seria incompleta, um projeto a exigir uma vigilância contínua, um esforço a fim de assegurar que a exigência fosse ouvida e obedecida. Se não fosse o poder do Estado de segregar, selecionar e classificar, dificilmente existiria a comunidade nacional. Se o Estado era a concretização do futuro da nação, era também condição para a existência de uma nação (BAUMAN, 2005; RENAN, 1997:40).

Destarte, o Estado surge buscando a obediência de seus indivíduos e se apresenta como meio de consolidação e concretização do futuro das nações, um futuro sem limites, do povo e da cultura e a garantia de sua continuidade (BAUMAN, 2005:27-28).

Diferentemente do surgimento dos Estados nacionais na Europa, criados através de um processo lento de pertencimento e exclusão de um mesmo grupo geralmente homogêneo, de construção de uma identidade em oposição ao outro, a alteridade, o surgimento dos Estados africanos se deu a partir da estrutura colonial e territorial, que agregava vários grupos étnicos, cada um com uma identidade própria que excluía e repelia as demais, num sentido de afirmação.

Porém, as elites africanas, consequências de um processo intercultural, inclusive de conflito, não viam outra solução para o futuro desses novos países, a não ser utilizar o modelo de Estado europeu deixado como herança na África pelos colonizadores. Esse modelo iria poupar custos e evitar uma nova reorganização geopolítica do continente. Por isso, os países africanos, recém independentes criaram em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), que segundo o artigo II da Carta da OUA, tinha como objetivos a) defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos, b) erradicar todas as formas de colonialismo da África, c) promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos, d) promover o desenvolvimento sócio-econômico, entre outros. Isto é, os países da OUA decidiram não modificar as fronteiras estabelecidas na Conferência de Berlim.

O historiador nigeriano Toyin Falola, como crítico desse processo de descolonização afirma que “hoje não podemos criticar o imperialismo europeu na África sem também criticar a elite africana que gerencia o mundo pós-colonial” (RODRIGUES, 2005:162).

Foi dessa forma, através da política, entre elas a linguística, que as elites africanas se mantiveram no poder.

Após a independência, era extremamente necessário criar, forjar uma identidade nacional, acima da identidade étnica, capaz de manter o novo país unido. Era necessário, por exemplo, criar uma identidade angolana ou nigeriana, que congregasse as identidades umbundu, kikongo e kimbundu ou hausa, ibo e yorubá, respectivamente e que fosse superior a elas.

As elites africanas logo perceberam que a língua seria mais que um meio para isso, pois “a língua funciona como forma de dominação e homogeneização cultural e como forma de resistência cultural” (RODRIGUES, op. cit.:162.) e também sob a língua oficial que seria construído a nova nação. Bourdieu (1996:32), inclusive, diz que é no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial.

Assim o Estado afirma e confirma uma identidade e conseqüentemente uma língua, a língua nacional. Afinal, identidade traz segurança. Dessa forma, as demais identidades são submetidas a sua proteção, ou melhor, controle, o que só endossa a superioridade da identidade nacional. Bourdieu foi ainda mais longe ao afirmar que a língua oficial que se impõe de maneira imperativa, sendo a única legítima naquela jurisdição, contribui para reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação (BOURDIEU, op. cit.:31).

A língua europeia escolhida como oficial desempenharia um importante papel na construção dessa identidade, afinal as nações africanas eram resultados do choque cultural europeu e africano. No entanto, não podemos nos esquecer de que essa língua dita europeia, não era mais tão europeia, já que em solo africano sofreu influências e transformações, formando muitas vezes uma nova língua, como o crioulo de Maurício, Seicheles a Cabo Verde ou uma variação da língua europeia.

Essa escolha foi baseada no que Mariani chama de “ideologia do déficit linguístico nas línguas africanas” (MARIANI, 2007:241), isto é, na ideia de que a língua europeia é “emancipada, emancipadora e desenvolvida, enquanto as línguas africanas são tidas como primitivas, tradicionais e subdesenvolvidas” (BARBER in RODRIGUES, op. cit.:165). Ou seja, para as elites, as línguas europeias estão mais preparadas e têm inclusive um potencial maior para representar a realidade do mundo atual, com seus avanços tecnológicos e científicos. Tal medida baseia-se na concepção centrista ocidental de mundo e a língua europeia aqui é vista como um instrumento civilizatório e como critério para o desenvolvimento da África.

Do ponto de vista político, a escolha da língua de origem europeia como oficial mostrou-se positiva, para as elites, sob os seguintes aspectos:

a) Apresentava um valor simbólico, tinha escrita, gramática definida, dicionário, vasta literatura e história documentada ao contrário de muitas línguas africanas, ou seja, a língua europeia detinha a praticidade em relação ao mundo atual.

b) Exerceria o papel de língua de contato internacional das novas nações, com os demais países do mundo.

c) Evitaria problemas, causados por uma possível escolha de uma língua africana do país, como oficial, impedindo consequentemente a valorização e ascensão de um grupo étnico perante os demais. Por isso, optou-se pela escolha de uma língua vista como neutra.

Dessa forma, outro problema seria se os países africanos tornassem oficiais todas as línguas do país, tal medida encontraria dificuldade na sua implantação no sistema de ensino, administrativo, judiciário, entre outros, assim como representaria um alto custo. Se o território fosse dividido em línguas oficiais em cada região, isso reforçaria a identidade regional, em prol da identidade nacional.

A partir das políticas linguísticas africanas, podemos classificar os Estados nacionais em quatro categorias, para assim poder observar, abaixo, que a maioria dos países valorizam a língua externa.

1. Países africanos de maioria árabe: mesmo com diversidade étnica, apresentam uma maioria étnica árabe e aplicam uma política de arabização do país sob o aspecto linguístico. É o caso da Argélia, Marrocos, Tunísia, Egito e Líbia.

2. Países da África Subsaariana com política exoglóssica, ou seja, que adotam uma política de valorização da língua externa.

2.1 Países com grande diversidade linguística:

Angola, Benin, Camarões, Chade, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Gabão, Gâmbia, *Gana*³, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, *Mali*, *Maurício*, Maurítânia, *Moçambique*, *Namíbia*, *Níger*, *Nigéria*, *República Democrática do Congo*, *Senegal*, Serra Leoa, *Togo*, *Zâmbia* e *Zimbábue*.

2.2 Países com pequena diversidade linguística:

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

3. Países da África Subsaariana com política endoglóssica, ou seja, apresentam uma política de promoção da língua interna. Podemos dividi-los em dois grupos:

³ Países com política linguística exglóssica, porém com tendências endoglóssicas, sobretudo na utilização das línguas nacionais no ensino primário.

3.1 Países com vasta diversidade étnica e linguística:

África do Sul, Etiópia, Eritreia, Quênia, República Centro Africana, Tanzânia e Uganda.

3.2 Países com uma etnia majoritária:

Botsuana, Burundi, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ruanda, Somália e Suazilândia.

Observando a classificação acima, podemos perceber que poucos são os países com uma política de valorização da língua nacional. Botsuana, Burundi, Lesoto, Madagascar, Malauí, Ruanda, Somália e Suazilândia são de grupo étnico majoritário e por isso mesmo torna-se mais fácil adotar como língua oficial, a língua da etnia principal ou dominante, como o tswana (língua materna de 80% da população de Botsuana e segunda língua de 19%), o sesotho (língua materna de 85% da população do Lesoto e segunda língua de 14%) e o malgaxe (língua materna de 98% da população de Madagascar). Porém em todas essas nações, com exceção da Somália, a língua nacional e oficial africana disputa prestígio com o inglês em Botsuana, Lesoto, Malauí e Suazilândia e com o francês em Madagascar e Ruanda.

Analisaremos, agora, uma política linguística endoglósica, adotada a favor do suaíle na Tanzânia, na África Oriental, de resultados interessantes. O país foi formado em 1964, com a unificação de duas ex-colônias, Tanganika e a ilha de Zanzibar. A partir daí a Tanzânia tomou medidas de valorização do suaíle para tornar-se língua oficial e nacional. O suaíle é uma língua de formação heterogênea, formada a partir do comércio marítimo e do contato nas costas da África Oriental, falada como materna em Zanzibar e como segunda língua no litoral do país. Vale ressaltar aqui que “o suaíle foi estimulado e permitido na época da colonização alemã e britânica” (ABDULAZIZ, 2003:106) e por isso diferentemente dos demais países africanos, emergiu como candidato à língua nacional e oficial na Tanzânia, sendo adotado como língua da independência por Julius Nyerere⁴.

Em 1967, através da Declaração de Arusha, o suaíle foi implantado no ensino médio, um dos poucos casos na África do gênero. Para que essa medida fosse efetivada foi preciso uma intervenção estatal no corpus da língua, principalmente no desenvolvimento de novos léxicos feito pelo *The National Swahili Council* e também do incentivo e do desenvolvimento de uma expressão literária em suaíle.

Em 1987, a Tanzânia permite o uso da língua inglesa no ensino médio, sob forte pressão internacional que o inglês impõe, apesar de a medida ter-se revelado, comprovadamente um obstáculo ao processo de aprendizagem. (MAZRUI; MAZRUI in RODRIGUES, op. cit.:164)

⁴ Julius Nyerere (1922-1999) foi líder da independência de Tanganika e presidente da Tanzânia de 1964 a 1985.

Mesmo tendo alguns aspectos favoráveis como a utilização do suaíle pelos colonizadores, o fato de ser vista como língua de independência, o fato de ser vista como uma espécie de língua neutra não ligada diretamente a nenhuma etnia, como nos mostra Calvet (2007:121), o suaíle é um bom exemplo de política linguística de status e de corpus de sucesso. O suaíle, uma língua falada como materna por apenas 1% da população (antes de 1960), a partir do poder estatal, tornou-se língua falada por 95% da população como segunda língua, ampliando sua participação no continente, tornando-se língua oficial da União Africana, organização que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA) em 2002.

Um bom termômetro para a vitalidade do suaíle é observar a quantidade de verbetes na wikipedia, 12 mil, ao lado de idiomas como o javanês, bengali, africâner ou servo-croata, com mais falantes maternos, mesmo a África tendo apenas 2% dos domínios da rede mundial e 1% da população com acesso à internet, segundo Mouhammet Diop (2007), consultor do Banco Mundial, durante o 2º Fórum de Governança da Internet em 2007 no Rio de Janeiro.

Quênia e Uganda apresentaram nesses últimos anos uma tendência endoglóssica, também a favor do suaíle, que é língua franca em toda África Oriental, de Moçambique a Somália. A partir de setembro de 2005, Uganda voltou a adotar o suaíle como língua oficial. Tal medida visa a uma maior integração regional, afinal o suaíle já era oficial na Tanzânia e no Quênia.

Entre os países exoglóssicos, podemos destacar Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que embora apresentem baixíssima diversidade linguística não tornam oficiais as suas línguas crioulas, porque articulam e reconhecem o caráter internacional da língua portuguesa.

Os demais países africanos subsaarianos adotam políticas exoglóssicas, porém muitos deles reconhecem as línguas africanas como nacionais e as utilizam no ensino primário.

Um caso curioso, recente, foi a adoção pela Guiné Equatorial, a partir de julho de 2007, da língua portuguesa como oficial no país numa tentativa de se aproximar e aderir à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lá, o francês é oficial desde 1998, ao lado do espanhol, que é oficial desde a independência em 1968.

Conclusão

A política linguística de um país é fundamental para o seu desenvolvimento, porém, questionamos qual seria a melhor política a ser adotada num continente assolado por guerras, miséria e desigualdade sócio-econômica. A maioria dos países africanos optou por uma política exoglóssica que, décadas depois, tem se mostrado ineficaz ao desenvolver o continente, sobretudo na educação.

Segundo Ayo Bamgbose, “a erradicação do analfabetismo na África depende do uso de línguas africanas como meio de instrução no primeiro e segundo níveis do processo de escolaridade formal” (RODRIGUES, op. cit.:173). O linguista nigeriano mostra a importância da implantação de uma política endoglósica. Línguas maternas são “um veículo de integração social e participação política em todo o continente africano” (RODRIGUES, op. cit., p.:163). A utilização de uma língua europeia no ensino afasta o aluno e é a maior responsável pelas altas taxas de evasão e reprovação nas escolas.

A Unesco também defende a utilização de línguas maternas no ensino primário, porém a adoção de tais medidas esbarram nas dificuldades econômicas da África, como a escassez de escolas, de professores capacitados e de material didático. Sem mencionar que a maioria das línguas africanas necessitariam de alguma medida do Estado para se desenvolverem⁵ para se adequarem à realidade atual e poderem representar o mundo de hoje.

Ao debater sobre política linguística na África, muitos discutem a necessidade de ter uma língua oficial europeia, como única possibilidade de manter as fronteiras do novo país e questionam se não era uma forma de continuidade da colonização. No entanto, experiências como a tanzaniana e mais precisamente como a indonésia e a turca, comprovam a existência de outra alternativa. Para romper com o colonialismo, a Indonésia, criou uma língua, o bahasa, formado a partir do malaio com léxicos das demais línguas indonésias, do holandês da ex-metrópole e das outras línguas europeias. Já a Turquia, para afirmar sua identidade, aproveitou influências árabes e persas para construir um idioma turco, após a queda e divisão do Império Otomano em 1922. Tais medidas, antropofágicas, nos mostram outras possibilidades daquelas praticadas pela maioria das nações africanas atuais, porém exige planejamento linguístico e investimentos estatal.

Mas, mesmo assim, a respeito desse planejamento, Mariani alerta que “os sujeitos são tomados pela(s) língua(s) em confronto, estão inscritos, em um território que se constrói discursivamente nessa heterogeneidade linguística. Por mais que as políticas de línguas visem administrar os conflitos, nenhum planejamento garante um controle total” (MARIANI, 2008:74).

Quanto à questão de continuidade do colonialismo, se analisarmos a utilização de línguas de origem europeia dentro de um contexto de dependência econômica, concluiremos que elas podem ser entendidas como uma forma de continuidade da colonização. Entretanto, se as analisarmos em um contexto de resignificação do seu valor simbólico, incluindo ideias

⁵ Metade das línguas africanas não apresentam ortografia, segundo Adebija (1994:101).

como o plurilinguismo, pregado pelas organizações francófonas e lusófonas, perceberemos uma ruptura clara do colonialismo, em que, por exemplo, a língua francesa, hoje, não pertença apenas à França, mas a todos os países da Francofonia, assim como o português dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Quando um Estado africano não apresenta uma política linguística eficaz, ocorre, principalmente para aqueles indivíduos que não dominam a língua europeia, uma desassociação de dois mundos, dois universos, que se distanciam: de um lado o universo local, do cotidiano dessas pessoas, da língua materna, do outro, o universo das grandes cidades, do mundo globalizado e da língua europeia internacional. Como consequência desse fato, temos a manutenção e mesmo aumento da desigualdade social na África, marginalizando muitos africanos e africanas e privando-os de uma participação política e cidadã.

Assim, caímos num ciclo vicioso, em que “a política linguística é um instrumento de poder, que acaba por reter esse mesmo poder nas mãos das elites”.(KÜPER, 2003:95)

Para reverter tal questão, Wolfgang Küper (op. cit.:90) propõe uma atuação do Estado e da comunidade internacional para criar e promover um diálogo, uma conexão entre o conhecimento local produzido e o conhecimento de outros contextos. E também uma participação plural e democrática nas tomadas de decisão, a respeito da política linguística. Acrescentamos a urgência necessária de políticas linguísticas que desenvolvam o bilíngüismo/trilíngüismo individual (a língua materna, a língua franca/nacional e a língua europeia) que seria um importante instrumento de conexão desses contextos, o local e o global, dentro de um ambiente nacional plurilíngüista de convivência.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar, nos últimos anos, o crescimento de uma atuação política, em vários países, em prol de uma política linguística genuinamente africana, como por exemplo, a proposta da nova constituição do Zimbábue em 2000, a adoção do berbere como língua oficial na Argélia em 2002, a adoção do suaíle como língua oficial de Uganda em 2005, a reforma educacional de 2007 em Gana, o desenvolvimento de diversos projetos pilotos de ensino de língua materna no ensino primário, no Togo, Senegal, Mali, Níger e Nigéria, o aumento da consciência da importância das línguas nacionais para os países africanos. Essa preocupação está presente, hoje, em quase todos os países do continente. Lembramos também como medida para se buscar soluções concretas para essa dicotomia (local/global), a criação da Academia Africana das Línguas (ACALAN) em 2001 e as ações da Unesco como a Conferência Intergovernamental sobre Políticas linguísticas na África (Harare, 1997), a Conferência “Contra Todos os Obstáculos: Línguas e Literaturas Africanas

no Século XXI” (Asmara, 2000) e a Declaração da Unesco “Educação em um Mundo Multilíngue” (2003). Porém, tais medidas acabam tendo como barreira a escassez de recursos.

Num mundo globalizado de hoje, onde as distâncias diminuem, dezenas de línguas desaparecem⁶ e com elas uma visão cultural única de ordenar o cosmos. Abiola Irele nos ensina que “os africanos são ambivalentes em relação à Europa, sendo ao mesmo tempo ressentidos devido à alienação causada pelo colonialismo e incuravelmente contaminados pela modernidade europeia e pela cultura ocidental” (RODRIGUES, op. cit.:165).

Referências bibliográficas:

ABDULAZIZ, Mohamed H., *The history of language policy in Africa with reference to language choice in education* in OUANE, Adama (org.), *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003.

ADEGBIJA, Efurosibina, *Language attitudes in Sub-Saharan África*. Clevedon: LTD, 1994.

BAUMAN, Zygmunt, *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BHABHA, Homi K., *Narrando a nação*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

CALVET, Louis-Jean, *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

DIOP, Mouhammet, *África pede internet como foco social e não apenas comercial*. Notícia de 14/11/2007 in www.convergenciadigital.com.br. Acesso em 16/04/2009.

KÜPER, Wolfgang, *The necessity of introducing mother tongues in education systems of developing countries*, in OUANE, Adama (org.), *Towards a multilingual culture of education*. Hamburgo: Unesco Institute for Education, 2003.

MARIANI, Bethânia, *Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües* in Gragoatá, no. 24 – 1º semestre 2008. Niterói: Eduff, 2008.

_____, *Língua portuguesa, políticas de línguas e formação de Estados nacionais: notas sobre lusofonia* in PONTES, Geraldo; ALMEIDA, Claudia (orgs.), *Relações literárias internacionais: lusofonia e francofonia*. Rio de Janeiro: de letras: Eduff, 2007.

RENAN, Ernest, *O que é uma nação?*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

RODRIGUES, Ângela Lamas, *Dominação e Resistência na África: A Questão linguística* in Gragoatá, no. 19 – 2º semestre 2005. Niterói: Eduff, 2005.

SOUZA, Álvaro José, *Geografia linguística: dominação e liberdade*. São Paulo: Contexto, 2001.

⁶ Segundo a Unesco, metade das mais de seis mil línguas existentes hoje, são faladas por menos de dez mil pessoas e correm o risco de extinção, nas próximas décadas. Fonte: The Unesco courier, April, 2000.